

JORNAL OFICIAL

I SÉRIE - NÚMERO 6

QUINTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 1997

SUMÁRIO

!	Resolução n.º 22/97: Submete a autorização do Secretário Regional da	
	Agricultura, Pescas e Ambiente os cortes rasos	
	de arvoredo localizado nas bacias hidrográficas	
74		76
	Resolução n.º 23/97:	
	•	
75	regime de formação dos preços dos óleos	76
	3 ,	, ,
	Resolução n.º 24/97:	
75	Atribui competência ao Secretário Regional da Eco- nomia para definir o serviço que procederá à	
	gestão do Programa de Apoio à Modernização	
	do Comércio (PROCOM) e do Programa Estraté-	
	gico de Dinamização e Modernização da Indústria	
76	Portuguesa (PEDIP II)	77
	75 75	Submete a autorização do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente os cortes rasos de arvoredo localizado nas bacias hidrográficas das lagoas da Região. Revoga a Resolução n.º 132/95, de 27 de Julho

Resolução n.º 25/97: Autoriza o Fundo Regional de Abastecimento a transferir verba para o orçamento privativo do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego	77	Despacho Normativo n.º 49/97: Autoriza a transferência de verbas no orçamento da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.	81
Resolução n.º 26/97: Nomeia o presidente do conselho de gerência do Serviço Açoriano de Lotas, EP - Lotaçor	77	Despacho Normativo n.º 50/97: Autoriza a transferência de verbas no orçamento da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente	82
Despacho Normativo n.º 42/97: Designa o Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, para, em representação da Região, exercer os direitos que a esta assistem como accionista da Fábrica de Tabaco Micaelense, SA	78	Despacho Normativo n.º 51/97: Autoriza a transferência de verbas no orçamento da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações	83
Despacho Normativo n.º 43/97: Determina que a Terça-Feira de Carnaval, seja considerada como dia feriado para os funcionários e agentes da Administração Regional e Local	78	SECRETARIAS REGIONAIS DA PRESIDÊNCIA PARA AS FINANÇAS E PLANEAMENTO E DA EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS	
Despacho Normativo n.º 44/97: Aprova os orçamentos, de 1996, do Instituto de Acção Social e dos Centros de Saúde de Nordeste e de São Roque do Pico	78	Portaria n.º 14/97: Procede ao reajustamento dos quadros de pessoal docente e dos ensinos preparatório e secundário da Região	84
SECRETARIA REGIONAL DA PRESIDÊNCIA PARA AS FINANÇAS E PLANEAMENTO		SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA	
Despacho Normativo n.º 45/97: Autoriza a transferência de verbas no orçamento da Presidência do Governo	79	Despacho Normativo n.º 52/97: Fixa os preços máximos de venda ao público dos combustíveis	00
Despacho Normativo n.º 46/97: Autoriza a transferência de verbas no orçamento da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública	79	SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE	86
Despacho Normativo n.º 47/97: Autoriza a transferência de verbas no orçamento da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia	80	Portaria n.º 15/97: Altera os períodos de candidatura às ajudas previstas na Portaria n.º 25/95, de 27 de Abril, alterada pela Portaria n.º 71/95, de 12 de	
Despacho Normativo n.º 48/97: Autoriza a transferência de verbas no orçamento da Secretaria Regional da Educação e Cultura	80	Outubro. (Regulamenta a actividade "Incentivos à modernização", que integra a acção denominada produção agrícola e pecuária, no âmbito da Medida Agricultura do PEDRAA II)	87

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Despacho Normativo n.º 41/97

de 6 de Fevereiro

Por deliberação da Mesa da Assembleia Legislativa Regional, na sua reunião de 20 de Janeiro de 1997 e nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/86/A, de 20 de Março, foi autorizada a transferência de verba no orçamento da Assembleia Legislativa Regional para o ano de 1997, que consta do mapa anexo.

22 de Novembro de 1996. - O Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, *Dionísio Mendes de Sousa.*

Dep. Cap.	Código	Designação	Reforços Inscrições (contos)	Anulações (contos)
01	07.00.00 07.01.00 07.01.03	Aquisição de bens de capital Investimentos Edifícios		25 000
	07.01.07	Material de informática	25 000	
		Total	25 000	25 000

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução n.º 19/97

de 6 de Fevereiro

Considerando a imperiosa necessidade da realização das obras de reforço do molhe de Santa Maria;

Considerando que foram cumpridos todos os trâmites legais para que se possa proceder à adjudicação da referida obra:

Considerando que a candidatura desta empreitada aguarda a aprovação em programa comunitário em vigor na Região;

Considerando que o Governo Regional, tal como ficou consagrado na Resolução n.º 124/96, de 20 de Junho, providenciará atempadamente às necessárias transferências do orçamento da Região Autónoma dos Açores para o orçamento privativo da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada das verbas indispensáveis ao financiamento daquela obra, bem como as relativas aos encargos decorrentes do contrato de empreitada a seguir referido;

Considerando que a Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada obteve já dos seus órgãos de administração as autorizações relativas à celebração dum contrato de empréstimo até ao limite de 1 000 000 000\$ para fazer face às despesas da obra até à concretização das transferências dos fundos comunitários e do orçamento da Região.

Assim, no uso da competência que lhe confere a alínea *o*) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Resolve:

- Autorizar a celebração do contrato e adjudicar a empreitada a reforço do molhe de Vila do Porto --ilha de Santa Maria à empresa Somague --Sociedade de Empreitadas, SA pelo valor de 1 589 010 719\$, valor ao qual acrescentará o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, de acordo com a proposta condicionada pelo prazo de vinte meses.
- 2. Aprovar a minuta do respectivo contrato.
- Autorizar a Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada a contrair um empréstimo até ao limite de 1 000 000 000\$, nos termos indicados no último considerando desta resolução.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins* do Vale César.

Resolução n.º 20/97

de 6 de Fevereiro

Considerando que o Governo, através da Resolução n.º 40/96, de 14 de Março, autorizou a abertura de um

concurso público para arrematação da empreitada de construção e beneficiação do Caminho Agrícola C.P. 4 da Bacia Leiteira de Ponta Delgada;

Considerando os resultados do referido concurso. nomeadamente a apreciação das propostas recebidas, com base nos critérios estabelecidos;

Assim, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A, de 12 de Abril, o Governo resolve:

Adjudicar à empresa Marques, Lda., a empreitada de construção e beneficiação do Caminho Agrícola C.P. 4, da Bacia Leiteira de Ponta Delgada, em regime de série de preços, pelo custo total de 54 851 468\$, acrescido de IVA à taxa de 12% e com o prazo de execução de quatro meses.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, Carlos Manuel Martins do Vale César.

Resolução n.º 21/97

de 6 de Fevereiro

Considerando que por despacho do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, de 6 de Maio de 1996, foi autorizada a abertura de um concurso público para arrematação da empreitada de construção e beneficiação do Caminho Agrícola C.S. 20 da Bacia Leiteira de Ponta Delgada;

Considerando os resultados do referido concurso, nomeadamente a apreciação das propostas recebidas, com base nos critérios estabelecidos;

Assim, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A, de 12 de Abril, o Governo resolve:

Adjudicar à empresa Jaime Ribeiro & Filhos, SA, a empreitada de construção e beneficiação do Caminho Agrícola C.P. 20, da Bacia Leiteira de Ponta Delgada, em regime de série de preços, pelo custo total de 27 882 137\$, acrescido de IVA à taxa de 12% e com o prazo de execução de três meses.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins* do Vale César.

Resolução n.º 22/97

de 6 de Fevereiro

Considerando que só o ordenamento das bacias hidrográficas da Região Autónoma dos Açores definirá um conjunto de medidas regulamentares que permitirão intervir nas explorações, em conformidade com a defesa dos recursos hídricos;

Considerando que se trata de um processo de avaliação e definição demorado, dada a complexidade e delicadeza da matéria;

Considerando que os proprietários dos terrenos florestados ficaram impedidos de explorar as matas, por força da Resolução n.º 19/93, de 11 de Fevereiro com evidentes prejuízos para os respectivos rendimentos;

Considerando que é possível compatibilizar os legítimos interesses privados com a obrigação pública de salvaguardar o património natural contido nas lagoas da Região;

Considerando a necessidade de adaptar a Resolução $n.^{\varrho}$ 132/95, de 27 de Julho à orgânica do VII Governo Regional.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea *o*) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo resolve:

- Os pedidos de cortes rasos de arvoredo localizado nas bacias hidrográficas das lagoas da Região estão sujeitos a autorização, a conceder por despacho do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.
- 2 Das autorizações concedidas nos termos do número anterior decorre a obrigação de rearborização da área objecto de corte no prazo máximo de dois anos.
- 3 As referidas autorizações não serão concedidas se os pedidos tiverem como objectivo a transformação cultural do solo.
- 4 É revogada a Resolução n.º 132/95, de 27 de Julho.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins* do Vale César.

Resolução n.º 23/97

de 6 de Fevereiro

A instabilidade dos preços petrolíferos - que se tem acentuado ultimamente, nomeadamente nos países cujos mercados são tidos em conta na variável PE (preço da Europa sem taxas) das fórmulas de cálculo dos preços máximos de venda ao público das gasolinas, petróleo, gasóleo e fuelóleo -, levam o Governo a alterar o regime de formação dos preços de venda ao público dos óleos minerais, vendidos na Região Autónoma dos Açores, por forma a alargar para 5 000\$ a banda de variação automática das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP), em consequência de variações do PE.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea *o*) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e tendo em conta o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A, de 8 de Março, no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 124/94, de 18 de Maio, e na alínea *a*) do artigo 2º do Decreto Regional n.º 6/78/A, de 30 de Março, o Governo resolve:

- 1 Os n.ºs 6 e 9 da Resolução n.º 225/96, de 26 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:
 - "6 Os valores das taxas unitárias do ISP, fixados nos termos dos números anteriores, variam automaticamente, para mais ou para menos, até ao limite de 5 000\$, por força das variações do preço da Europa sem taxas (PE), sem prejuízo dos limites fixados no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 124/94, de 18 de Maio."
 - "9 Os preços máximos de venda ao público dos óleos minerais são alterados sempre que se registe uma variação positiva ou negativa do PE superior a 5 000\$."
- 2 A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins do Vale César.*

Resolução n.º 24/97

de 6 de Fevereiro

O Governo pretende reestruturar o quadro institucional dos incentivos financeiros ao investimento.

No âmbito deste objectivo, a presente resolução atribui competência ao Secretário Regional da Economia para definir o serviço que procederá à gestão, a nível regional, do Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM) e do Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP II).

Assim, nos termos do disposto no artigo 73.º do Estatudo Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores conjugado com o disposto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 184/94, de 1 de Julho, e no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 177/94, de 27 de Junho, o Governo resolve:

- 1 As competências da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, previstas na Resolução n.º 145/94, de 17 de Novembro, com a redacção dada pela Resolução n.º 264/96, de 10 de Outubro, bem como na Resolução n.º 142/94, de 3 de Novembro, com a redacção dada pela Resolução n.º 265/96, de 10 de Outubro, passam a ser exercidas pelo serviço que for definido por despacho normativo do Secretário Regional da Economia.
- 2 O n.º 7 da Resolução n.º 142/94, de 3 de Novembro, com a redacção dada pela Resolução n.º 265/96, de 10 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:
 - "7 O representante da Região Autónoma dos Açores nas comissões de selecção e na Comissão de Orientação e Acompanhamento do PEDIP II é designado pelo Secretário Regional da Economia".

- 3 O n.º 8 da Resolução n.º 145/94, de 17 de Novembro, com a redacção dada pela Resolução n.º 264/96, de 10 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:
 - "8 O representante da Região Autónoma dos Açores na comissão de avaliação do PROCOM é designado pelo Secretário Regional da Economia".
- 4 A presente resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins do Vale César.*

Resolução n.º 25/97

de 6 de Fevereiro

Considerando que importa reforçar o orçamento do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego para assegurar o financiamento dos programas de emprego, designadamente o das medidas especiais de fomento do emprego, que estão em vigor até Março do corrente ano;

Assim, por proposta dos Secretários Regionais da Economia e da Educação e Assuntos Sociais, ao abrigo da alínea *o*) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A, de 12 de Abril, e do artigo 12.º do Decreto Regional n.º 3/78/A, de 18 de Janeiro, o Governo resolve:

- 1 Autorizar o Fundo Regional de Abastecimento a transferir do seu orçamento privativo 240 000 000\$ para o orçamento privativo do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego.
- 2 A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins* do Vale César.

Resolução n.º 26/97

de 6 de Fevereiro

Nos termos do disposto no artigo 7.º do Estatuto do Serviço Açoreano de Lotas, EP - Lotaçor, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 50/81/A, de 30 de Novembro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/86/A, de 20 de Janeiro, o Governo Regional resolve o seguinte:

- 1 Nomear o Dr. Fernando Jorge Flores para o cargo de presidente do conselho de gerência da Lotaçor, EP.
- 2 A presente resolução entra em vigor em 27 de Janeiro de 1997.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins do Vale César.*

Despacho Normativo n.º 42/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 90/95, de 9 de Maio, conjugado com o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29-A/96/A, de 3 de Dezembro, designo o Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, Dr. Roberto de Sousa Rocha Amaral, para, em representação da Região, exercer os direitos que a esta assistem como accionista da

Fábrica de Tabaco Micaelense, SA, com a possibilidade de, sempre que o entender, nomear, em sua substituição, e com idênticos poderes, outro representante.

23 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins do Vale César.*

Despacho Normativo n.º 43/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo único do Decreto-Lei n.º 335/77, de 13 de Agosto, conjugado com o artigo 4.º, n.º 4 do Decreto Legislativo Regional n.º 29-A/96/A, de 3 de Dezembro, determina-se que a Terça-Feira de Carnaval, dia 11 de Fevereiro de 1997, seja considerada como dia feriado, para os funcionários e agentes da Administração Pública Regional Autónoma dos Açores e das Autarquias Locais da Região Autónoma dos Açores.

24 de Janeiro de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins do Vale César.*

Despacho Normativo n.º 44/97

de 6 de Fevereiro

Nos termos do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/96/A, de 6 de Abril, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/88/A, de 28 de Novembro, mantido em vigor pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/93/A, de 5 de Janeiro, por proposta dos Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento e da tutela, determino:

1 - A aprovação do orçamento para 1996 do seguinte serviço autónomo:

Organismo	Orçamento	Receita			Despesa			
	Orçamento	Correntes	Capital	Contas de Ordem	Correntes	Capital	Contas de Ordem	
Instituto de								
Acção Social	3.º supl.	50 000	-	•	-	50 000	•	

2 - A aprovação dos orçamentos para 1996 dos seguintes serviços de saúde:

Estabelecimento	Organista	Rec	eita	Despesa
LStabelectifierito	Orçamento	Fundos Próprios	Fundos Alheios	Total
Centro de Saúde do Nordeste	2.º supl.	8 000	2 247	10 247
Centro de Saúde de São Roque do Pico	1.º supl.	416 518	-44 000	372 518

SECRETARIA REGIONAL DA PRESIDÊNCIA PARA AS FINANÇAS E PLANEAMENTO

Despacho Normativo n.º 45/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A de 12 de Abril e por proposta do Presidente do Governo Regional, autorizo a seguinte transferência de verbas no orçamento em vigor da Presidência do Governo:

* D		D I U.	D	С.	E. N/	A =	DESIGNAÇÕES	* * *	REFORÇOS INSCRIÇÕES(I)	ANULAÇÕES	
	01	01		01.0 01.0 01.0 01.0 02.0 02.0 02.0 02.0	1.00 1.01 2.00 2.02 0.00 3.00 3.01 3.02		PRESIDENCIA DO GOUERNO REGIONAL GABINETE DO PRESIDENTE, GABINETE DOS SUBSECRETARIOS, SECRETARIA GERAL, PALACIO CAPITAES GENERAIS E GABINETE EMIGRACAO APOIO COMUN. ACOREANAS CENTRO COMUM DO GABINETE DO PRESIDENTE, GABINETE DO SUBSECRETARIO E SE CRETARIA GERAL E PALACIO DOS CAPITAES GENERAIS DESPESAS COM O PESSOAL: REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES: PESSOAL DOS QUADROS ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS: MORAS EXTRAORDINARIAS AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES CONSERVAÇÃO DE BENS TRANSPORTES		500 1 000 500 1 500	3 500	
-							TOTAL DA ALTERAÇÃO NR. 194	=	3 500	3 500	

27 de Dezembro de 1996. - O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto de Sousa Rocha Amaral.*

Despacho Normativo n.º 46/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A de 12 de Abril, autorizo a seguinte transferência de verbas no orçamento em vigor da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública:

* D			D	.C.E.	N/A	DESIGNAÇÕES	= REFORÇOS = = INSCRIÇÕES(I)	ANULAÇÕES .
# OC	3 04	01	***	02.00.	; ; ;	SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAHENTO E ADHINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO REGIONAL DE ORGANIZAÇÃO E ADHINISTRAÇÃO PUBLICA CENTRO COMUM DA DIRECÇÃO REGIONAL DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PUBLI CA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	= = = = = = = = = = = = = = = = = = =	## ## ## ## ## ## ## ## ## ## ## ## ##
				02.01. 02.01. 02.02. 02.02.	05 00	BENS DURADOUROS: OUTROS BENS DURADOUROS BENS NÃO DURADOUROS: CONSUMOS DE SECRETARIA TOTAL DA ALTERAÇÃO NR. 201	- 70 	70 ** ** ** ** ** ** ** ** ** ** ** ** **
		***		*****		TOTAL DAS ALTERAÇÕES	= 56 056	56 056 *

²⁷ de Dezembro de 1996. - O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto de Sousa Rocha Amaral*.

Despacho Normativo n.º 47/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A de 12 de Abril, e por proposta do Secretário Regional da tutela, autorizo a seguinte transferência de verbas no orçamento em vigor da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia:

D C D S	=		=	PEFCPCOS	
	C.E. N/A =	DESIGNAÇÕES	=	. Li ci god	ANULAÇÕES
P. P. V. V.	=		= INS	CRIÇÕES(I)	
	=			**-**	*******
	=		=		
04		SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE EMPREGO COMERCIO INDUSTRIA E ENERGIA	=		
01	=	: : GABINETE DO SECRETARIO	=		
••	-		-		
01	-	: CENTRO COMUM DO GABINETE DO SECRETARIO			
			=		
		DESPESAS COM D PESSOAL:	=		
		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES:	=		
		PESSOAL DOS QUADROS	=		200
		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	=		50 0
	.01.06 =	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	÷		200
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES:	£		
ОБ	.03.00 =	DIVERSAS	= I	900	
03	_	DIRECÇÃO REGIONAL DO EMPREGO	=		
			=		
01		CENTRO COMUM DA DIRECÇÃO REGIONAL DO EMPREGO	=		
0.2	.00.00 =	: AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	=		
		BENS DURADQUROS:	=		
		MATERIAL DE SECRETARIA	=		
		HATERIAL DE SECRETARIA	±	20	
		BENS NÃO DURADOUROS:	=	20	
		MATERIAL DE TRANSPORTE - PECAS	=		
V-	.02.07	THIERING DE TRANSPORTE - FELHS	=		40
40	=	DESPESAS DO PLANO	=		
			_		
11	-	TRABALHO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	-		
	=		=		
01	=	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	=		
0.5	.00.00 =		=		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES:	E		
U6	.03.00 *	DIVERSAS	=	5 000	
. 02	_	INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO	=		
	_	IN IN EDITORIA E ENGINEERIO	*		
07	.00.00 =	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL:	-		
07	.01.00 =	INVESTIMENTOS:	-		
07	.01.03 =		_		
	=		_		5 000
	=		-		
	=		-		
	=		_		
	-		_		
	=		=		
			E		
	=	TOTAL DA ALTERAÇÃO NR. 200	=	. 5 940	5 940

²⁷ de Dezembro de 1996. - O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto de Sousa Rocha Amaral*.

Despacho Normativo n.º 48/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A de 12 de Abril, e por proposta do Secretário Regional da tutela, autorizo a seguinte transferência de verbas no orçamento em vigor da Secretaria Regional da Educação e Cultura:

٠		A	D I V.	D	C.E.	N/A	= = DESIGNAÇÕES =	=	REFORÇOS AND INSCRIÇÕES I)	LAC DES	
•	•						±	- 4 -			-
٠	•						=	=			-
٠	• .05						≃ SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	=			-
٠	•						=	-			-
•	•	02	2				= DIRECÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO	=			•
- 3	•		_				=	=			-
•			01				= CENTRO COMUM DA DIRECÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO	=			•
•	•						=	=			-
•	•				02.00.		= AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	=			-
•	•				02.02.		= BENS NÃO DURADOUROS:	=			
•	•				02.02.		# CONSUMOS DE SECRETARIA	=		1 280	-
•	•			(02.03.	00	= AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:	=			_

C D S		# A = DESIGNAÇÕES	= REFORÇOS	ANULAÇÕES
. P. V. (-	= INSCRIÇÕES(I:	
	02.03.06	= COMUNICAÇÕES	= 350 = : 250	
	02.03.07 02.03.10	= TRANSPORTES = OUTROS SERVIÇOS	= : 250	80
	05.00.00	= SUBSIDIOS:	-	
	05.01.00	 SOCIEDADES OU QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS: 	-	
	05.01.02	= EMPRESAS PRIVADAS	= 460	
		=	=	
1 1		= EB 2,3 DE CAPELAS	=	
		=	=	
	01.00.00	≠ DESPESAS COM O PESSOAL:	=	
	01.01.00	= REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES:	=	
	01.01.01	= PESSOAL DOS QUADROS	=	
	01.01.11	* SUBSIDIOS DE FERIAS E DE NATAL	≖ 66	
			#	
24		= EB 2,3/S PE. MAURICIO DE FREITAS	_	
	01.00.00	= DESPESAS COM O PESSOAL:	=	
	01.01.00	= DESPESAS CON O PESSOAL: * REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES:		
	01.01.02	= PESSOAL ALEM DOS QUADROS	= 37	
	01.01.07	= GRATIFICAÇÕES	=	
	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,		=	
26		= ESG/B DOMINGOS REBELO	=	
		*	=	
	01.00.00	= DESPESAS COM Q PESSOAL:	E	
	01.02.00	≈ ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS:	=	
	01.02.04	≈ AJUDAS DE CUSTO	=	
	01.02.05	= OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE	= 10	
03		≖ ≖ DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS	# =	
02		= = DELEGAÇÃO DE EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS DA ILHA TERCEIRA	<u>.</u>	
02		- DELEGRAND DE EDOCRANO FISICA E DESFURIOS DA ILMA PERCEIRA	-	
	02.00.00	# AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	=	
	02.02.00	= BENS NÃO DURADOUROS:	±	
	02.02.08	≖ OUTROS BENS NÃO DURADOUROS	E	
	02.03.00	* AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:	=	
	02.03.10	≈ OUTROS SERVIÇOS	= 5	
		=	=	
04		= DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS	=	
		E MUSEU DE ANODA DO MEDOTOMO	=	
06		= MUSEU DE ANGRA DO HEROISMO	=	
	02.00.00	# AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	-	
	02.03.00	= AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:	-	
	02.03.02	= CONSERVAÇÃO DE BENS	=	
		=	=	•
3		= SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	=	
		<u> </u>	=	
04		= DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS	=	
		=	=	
06		= MUSEU DE ANGRA DO HEROISMO	=	
	02.00.00	* AGUISICÃO DE BENS E SERVICOS CORRENTES:	-	
	02.03.00	 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: 	-	
	02.03.10	# OUTROS SERVIÇOS	= 225	
	,	*	= 123	
07		# MUSEU DA HORTA	£	
		=	=	
	02.00.00	≠ AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	2	
	02.01,00	* BENS DURADOUROS:	= '	
	02.01.04	= MATERIAL DE CULTURA	= 53	
	02.02.00	≠ BENS NÃO DURADOUROS:	=	
	02.02.08	= OUTROS BENS NÃO DURADOUROS	=	
			•	
		•	± -	
		TOTAL DA ALTERAÇÃO NR. 196	= 2 4 76	2 4

27 de Dezembro de 1996. - O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto de Sousa Rocha Amaral.*

Despacho Normativo n.º 49/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A de 12 de Abril, e por proposta do Secretário Regional da tutela, autorizo a seguinte transferência de verbas no orçamento em vigor da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas:

- D C D S - E A I D C.E. N/A - P. P. U. U.	DESIGNAÇÕES	= REFDRÇOS = ANULAÇÕES = INSCRIÇÕES(I)	
•		=	
• 07	SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS	± ±	-
- 01	GABINETE DO SECRETARIO	= -	-
•		-	

• D		D :		/A =	DESIGNAÇÕES	=	FEFCPÇOS	HNULACOES -
* P.		Ū.		=			Caigúes IX	*
-		01		=	ECENTRO COMUM DO GABINETE DO SECRETARIO	=		
•				=		=		-
•			02.00.00	•		=		•
*			02.03.00		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:	=		•
*			02.03.07		TRANSPORTES	=	80	
*			02.03.10		OUTROS SERVIÇOS	=		210 *
*			07.00.00		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL:	=		•
•			07.01.00		INVESTIMENTOS:	z		
*			07.01.07	-	MATERIAL DE INFORMATICA	=	130	-
-				•		=		•
	02			-	DIRECÇÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	=		•
-				-		=		-
*		03		=	DIRECÇÃO SERVIÇOS DE PROTECÇÃO PRODUÇÃO AGRICOLA	=		-
*				•	*	=		•
**			07.00.00		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL:	=		•
*			07.01.00		INVESTIMENTOS:	=		-
			07.01.07		MATERIAL DE INFORMATICA	= I	60	•
-			07.01.08		= MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	=		60 ₩
*				•		=		-
		05			SERVIÇO DE MESENVOLVIMENTO AGRARIO DA TERCEIRA	=		•
•				•	•	-		-
**			01.00.00	=	DESPESAS COM O PESSOAL:	=	•	•
-			01.02.00	•	ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS:	=		•
			01.02.04	•	AJUDAS DE CUSTO	=	7 9 0	•
*			02.00.00	-	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	=		•
-			02.01.00		BENS DURADOUROS:	=		
-			02.01.04	•	MATERIAL DE CULTURA	=		790 *
*				-	1	=		-
-				•	•	=		*
•				•	•	=		•
**				•	•	=		-
*				•		=		•
-				•		=		*
-				•		=	·	
•				3	TOTAL DA ALTERAÇÃO NR. 198	=	1 060	1 0€0 ►

²⁷ de Dezembro de 1996. - O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto de Sousa Rocha Amaral.*

Despacho Normativo n.º 50/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A de 12 de Abril, e por proposta do Secretário Regional da tutela, autorizo a seguinte transferência de verbas no orçamento em vigor da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente:

	A	D S I I)	C.E.	= N/A = =	DESIGNAÇÕES	= = =	REFORÇOS INSCRIÇÕES(I)	ANULAÇÕES
. 08	40	03	0	4.00.00 4.01.00 4.01.00 5.00.00 5.01.00	± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ± ±	SECRETARIA REGIONAL DO TURISHO E AMBIENTE DESPESAS DO PLANO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO ESTRUTURAS FÍSICAS TURÍSTICAS TRANSFERENCIAS CORRENTES: ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS: ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS: ADMINISTRAÇÕES COCAL - REGIÕES AUTONOMAS SUBSIDIOS: EMPRESAS PRIVADAS		I 5 000	5 000
*					-	TOTAL DA ALTERAÇÃO NR. 199	=	5 000	5 000

27 de Dezembro de 1996. - O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto de Sousa Rocha Amaral.*

Despacho Normativo n.º 51/97

de 6 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A de 12 de Abril, e por proposta do Secretário Regional da tutela, autorizo a seguinte transferência de verbas no orçamento em vigor da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

. А	I	D C.E. N/	A = DESIGNAÇÕES	=	REFORÇOS	
P. P	. v.	٧.	2 DESTURNIÇÕES	=	INSCRIÇÕES(I)	HNULAÇÕE:
			化脂肪素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素素		**-*	*******
9			Z	=		
7			= SEC.REG. HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, TRANSP. COMUN. =	=		
0	1		≈ GABINETE DO SECRETARIO	=		
	03		= DELEGAÇÃO DA TERCEIRA	=		
			E	=		
		02.00.00	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	-		
		02.02.00 02.02.06	= BENS NÃO DURADOUROS: = CONSUMOS DE SECRETARIA	=		
		02.03.00	= AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:	=	60	
		02.03.01	= ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	_		
	09		# AEROGARE CIVIL DAS LAJES	Ŧ		
				=		
		02.00.00 02.01.00	 AGUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES: BENS DURADOUROS: 			
		02.01.05	= OUTROS BENS DURADOUROS	=		
		02.02.00	* BENS NÃO DURADOUROS:	-	50	
		02.02.02 02.02.08	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES OUTROS BENS NÃO DURADOUROS	=	500	
		02.03.00	= AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:	=	500	
		02.03.01	= ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	-		1 2
		02.03.10	= OUTROS SERVIÇOS	=	200	
02	2		# DIRECÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO	=		
	01		- -			
	٠,		= CENTRO COMUM DA DIRECÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO *	-		
		01.00.00	= DESPESAS COM O PESSOAL:			
		01.01.00 01.01.01	= REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES: = PESSOAL DOS QUADROS	=		
		01.01.11	= MESSUAL DOS QUADROS = SUBSIDIOS DE FERIAS E DE NATAL	=		
04			•	=	20	
-			■ DIR.REG.DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			
	01		= C.C. DIR. REG. DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	-		
		01.00.00	* DESPESAS COM O PESSOAL:	•		
		01.01.00	* REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES:	=		
		01.01.01 01.02.00	PESSOAL DOS QUADROS ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS:	=		50
		01.02.04	= AJUDAS DE CUSTO			
05			B DIOTECTO PROPERTY OF THE PRO	-	500	
03	•		■ DIRECÇÃO REGIONAL DE OBRAS PUBLICAS	=		
	01		* CENTRO COMUM DE OBRAS PUBLICAS	=		
		01.00.00	= DESPESAS COM O PESSOAL:	=		
		01.01.00	* REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES:	=		
		01.01.11	SUBSIDIOS DE FERIAS E DE NATAL	-		6 00
			<u>.</u>	=		6 00
			≈ SEC.REG. HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, TRANSP. COMUN.	=		
05			■ ■ DIRECÇÃO REGIONAL DE OBRAS PUBLICAS	=		
_			=	=		
	01		= CENTRO COMUM DE OBRAS PUBLICAS	-		
		01.00.00	* DESPESAS COM O PESSOAL:	=		*
		01.02.00	 ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS: 	=		
		01.02.02	HORAS EXTRAORDINARIAS	=	6 000	
06			= LABORATORIO REGIONAL DE ENGENHARIA CIVIL	. =		
	01		=	-		
	٠.		= CENTRO COMUM DO LABORATORIO REGIONAL DE ENGENHARIA CIVIL			
		01.00.00	= DESPESAS CON 0 PESSOAL:			
		01.01.00 .	■ REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES: ■ PESSOAL DOS QUADROS			
		01.02.00	* ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS:	=		18
		01.02.02 01.02.04	# HORAS EXTRAORDINARIAS		100	
		01.102.04	= AJUDAS DE CUSTO	=	80	
40			* DESPESAS DO PLANO	=		
	08		= CONSTRUÇÕES ESCOLARES	=		
		03				
			= ENSINO SUPERIOR =	•		
		06.00.00	* OUTRAS DESPESAS CORRENTES:	-		
		06.03.00 11.00.00	= DIVERSAS = DUTRAS DESPESAS DE CAPITAL:	-		2 50
		11.02.00	* DIVERSAS	=	_	- 50
			-	=	2 500	
	13		* TRANSPORTES TERRESTRES	=		
		03	= EQUIPAMENTO DE PARQUE DE MÁQUINAS	=		

+ D C D S + E A I D (= C.E. N/A = =	DESIGNAÇÕES	= REFORÇOS = INSCRIÇÕES(I)	ANULAÇÕES =
06. 11. 11. 11. 11. 11. 11. 14. 11. 14. 11. 11	.00.00 = DUTRAS DESPESAS CORRENTES: .03.00 = DIVERSAS .00.00 = DUTRAS DESPESAS DE CAPITAL: .02.00 = DIVERSAS = TRANSPORTES MARÍTIMOS = INFRA-ESTRUTURAS PORTUARIAS .00.00 = DUTRAS DESPESAS CORRENTES: .03.00 = DUTRAS DESPESAS CORRENTES: .00.00 = DUTRAS DESPESAS DE CAPITAL: .00.00 = DUTRAS DESPESAS DE CAPITAL: .00.00 = DIVERSAS		25 000 25 000 2 25 000	25 000 -
.	- =	TOTAL DA ALTERAÇÃO NR. 197	= 38 010	38 010 +

27 de Dezembro de 1996. - O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, Roberto de Sousa Rocha Amaral.

SECRETARIAS REGIONAIS DA PRESIDÊNCIA PARA AS FINANÇAS E PLANEAMENTO E DA EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

Portaria n.º 14/97

de 6 de Fevereiro

O artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/90/A, de 6 de Novembro, dispõe sobre a oportunidade de ajustar os quadros de pessoal docente às necessidades permanentes dos estabelecimentos de educação e de ensino, de forma a dotar as escolas com um corpo docente estável, constituido por docentes nomeados.

Nesse enquadramento, e considerando ainda o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/88/A, de 19 de Abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/96/A, de 14 de Março, e Decreto-Lei n.º 407/89, de 16 de Novembro, torna-se necessário proceder ao reajustamento dos quadros de pessoal docente dos ensinos preparatório e secundário da Região.

Assim, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei n.º 338/79, de 25 de Agosto, manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pelos Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento e da Educação e Assuntos Sociais, o seguinte:

- 1.º Os quadros de pessoal docente da Região Autónoma dos Açores das escolas dos ensinos básico -1.º, 2.º e 3.º ciclos, 2.º ciclo, 2.º e 3.º ciclos e secundário e secundárias gerais e básicas são os constantes dos mapas I e II anexos à presente portaria, do qual fazem parte integrante.
- 2.º O provimento do pessoal docente a que se refere o número anterior far-se-á nos termos do Decreto--Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/88/A, de 19 de Abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/96/A, de 14 de Março e Decreto--Lei n.º 407/89, de 16 de Novembro.
- 3.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretarias Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento e da Educação e Assuntos Sociais.

Assinada em 23 de Dezembro de 1996.

O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, Roberto de Sousa Rocha Amaral.- O Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, José Gabriel do Álamo Meneses.

MAPA

										Gruj	30s, S	ubgr	sodr	Grupos, Subgrupos, Disciplinas ou Especialidades	Jinas	ou E	spec	ialida	səpi								
Escolas ·					Prepa	Preparatório												Se	Secundario	irio							
						Edc.	-	Manua.	Edc.	Edc						8.8	.6	٥.	10.9	<u> </u>	٥.	<u>L</u>	-	2.9		Edc.	
	<u>*</u> -	ž.	 	4.	2.0	_	Σ	ш	Fis.	M.R.C.	. 1·	4.°A	ن	6.º	<u> </u>	A	80	⋖	89	⋖	<u> </u>	O	۵	ш	F/H	Fis.	Ē.
EB 1,2,3 Mouzinho Silveira	•		-	-	-				-			,	,	<u> </u>		-	<u>'</u>	-	Ŀ		<u>.</u>	<u> </u>	Ŀ				,
EB 2,3 de Angra do Heroísmo	15	7	6	17	9	4	7	7	9	2	2	-	-	 	-	-	 -	2	+	┝	-	<u> </u>	-	-		2	
EB 2,3 de Arrifes	5	-	5	9	3	-	2	3	3	2	5	က	8	<u> </u>	-	4 5	4	4	<u> :</u>	<u>س</u>	2	ļ <u>-</u>	<u> .</u>		,	4	
EB 2,3 dos Biscoitos	4	-	7	က	-	-	-	1	2	-	2	1	-	-	-	1 2	2	-	<u>.</u>	-	-	-	Ŀ	·	1	-	
EB 2,3/S P. Manuel A. Cunha	~	-	-	2		-	-	-	-	+	3	2	2	•		4 3	3	2	-	-	6	<u> </u>	_	-		2	-
EB 2,3 Canto da Maia	13	2	7	5	9	4	2	5	5	-	5	3	3			4 4	3	4	Ŀ	2	5	_	Ŀ	-	-	က	
EB 2,3 de Capelas	7	-	9	80	3	2	4	4	3	2	•	2	3	,	\vdash	4 4	4	5	<u>'</u>	2	5	_	_	-		8	
EB 2 da Horta	12	-	9	Ξ	6	2	3	3	4	-	5		Ι.	<u> </u>	 		<u> </u>	Ľ	Ŀ	Ŀ	Ŀ	,	٠.	Ŀ		,	
EB 2.3 P. João José Amaral	8	-	9	æ	4	2	3	3	3	2	4	2	2			2 4	4	4	<u> </u>	2	4	2	-	-		3	
EB 2,3/S das Lajes do Pico	3	-	2	က	-	2	1	-	2	-	3	2	4	-	<u> </u>	3	3	က	2	7	က		<u>.</u>	-		2	
EB 2,3/S de Nordeste	4	1	2	Э	-	1	1	1	-	_	Э	7	2		\vdash	2 2	3	က	-	2	2	-	١	Ŀ	-	-	
EB 2,3 Francisco O. Câmara	15	-	9	11	5	3	4	က	5	_	7	-	2	<u> </u>	2	t	2	2	<u> </u>	-	2	_	-	١.		2	
EB 2,3 Rui Galvão Carvalho	7	-	5	7	4	2	2	2	3	1	3	2	2		-	2	က	2	Ŀ	-	2	-	-	-	-	2	,
EB 2,3 Gaspar Frutuoso	2	-]	5	8	4	2	3	3	33	2	3	1	2	-	2	-	-	2	<u> </u>	-	က	·	-	-		1	
EB 2 Roberto Ivens	15	2	=	16	80	4	5	5	5	1	-	•	,	<u>.</u>	<u> </u>	H	<u> </u>	Ŀ	<u> </u>	Ŀ	<u> </u>	·	Ŀ	Ŀ	,	,	
EB 2,3/S P. Maurício Freitas	4	-	-	2	-	1	1	1	1	1	2	-	_		2	-	2	-	Ŀ	-	Ŀ	Ŀ			,	-	.
EB 2,3/S de St. Cruz Graciosa	4	-	2	3	-	1	1	2	2	1	3	2	-	+	2	4	2	2	_	2	е		-			2	-
EB 2,3/S de São Roque do Pico	3	\exists	2	က	-	-	-	-	+		2	2	2	•	3	1 2	3	2	1	2	3	٠	-	-		က	
EB 2,3/S de Velas	4	-	2	4	2	-	2	2	2	1	4	3	2	- 1	4	3	4	3	-	5	က	1	,	-		2	2
EB 2,3 de Vila Franca do Campo	6	-	4	7	က	2	2	2	3	_	4	2	2	•	4	2	3	4	Ŀ	2	3	-		-	,	2	
EB 2,3/S Bento Rodrigues	4	-	-	4	-	-	-	-	2	_	5	3	2	1 1	9	3	5	4	2	3	4	-	٠	1		3	-
EB 2,3/S M* I. C. Medeiros	6	-	2	ဗ	-	-	-	-	2	1	4	2	2	- 1	4	3	4	3	-	2	4	_	-	-	1	က	-
ESG/B Cardeal Costa Nunes	3	-	2	3	-	-	1	-	2	-	3	2	2	-	3	3	3	7	-	2	2		-	-		2	-
				ı									ĺ	1	ł	l		ļ	١								

=
a
₹.
7
2

Educ M.R.C. က ന ₹ 3 9 8 6 Ed g B উ∢ a Grupos, Subgrupos, Disciplinas ou Especialidades ۵ ო S 2.0 Ö S 4 N α ⋖ Ċ. 9 16 മ 12 œ ω 7 8 œ Ŋ 4 თ 4 က 4 8 4 4 ထ ω 4 œ O 4 10.9 = 4 Ω. ⋖ 6 ß 9 / ٥. 6 4 5 17 / ω σ œ 18 3 8 6 S m 80 ω œ 9 5 = 2 D ⋖ ω 4 4 S S ς. <u>.</u> , 4 က 2 က က ω മ 4 ٥. ⋖ ω o S 9 4 ص ص ო œ å ⋖ 9 5 8 თ 6 σ Andrade Ribeira Grande Manuel Arriaga SG/B Antero de Quental SG/B Domingos Rebelo Nemésio das Laranjeiras Emi Escolas Vitorino Б ă g SG/B I SG/B Ğ/B SG/B SG/B

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

Despacho Normativo n.º 52/97

de 6 de Fevereiro

Os preços dos combustíveis têm incidência no custo de vida e, por isso, o Governo procura que sejam os mais baixos possíveis.

Acontece, porém, que, tomando por base os valores do PE (preço da Europa sem taxas) do mês de Janeiro de 1997 e as taxas do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), fixadas na Resolução n.º 226/96, de 26 de Setembro, alterada pela Resolução n.º 18/97, de 30 de Janeiro, encontram-se preços máximos de venda ao público (PMVP) superiores aos actuais.

Tal situação obriga a proceder a ajustamentos no preço de venda ao público, os quais terão de ser compatibilizados com objectivos de política económica e social definidos pelo Governo.

Deste modo, mantêm-se os preços para o gasóleo, por forma a não agravar os custos de produção do sector primário e aumentar a respectiva produtividade.

Assim, nos termos conjugados do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A, de 8 de Março, n.ºs 1.º e 2.º da Portaria n.º 74/91, de 19 de Dezembro e 10 da Resolução n.º 225/96, de 26 de Setembro, determino:

- 1 Fixar os seguintes preços máximos de venda ao público de combustíveis líquidos:
 - a) Gasolina com teor de chumbo igual ou inferior a 0,013 g por litro, classificada pelos códigos da Nomencleatura Combinada (NC) 2710 00 27 a 2710 00 32 - 157\$ por litro, fornecida nos postos de abastecimento;
 - b) Gasolina com teor de chumbo superior a 0,013 g por litro, classificada pelos códigos NC 2710 00 34 a 2710 00 39 - 159\$ por litro, fornecida nos postos de abastecimento;
 - c) Gasóleo, classificado pelo código NC 2710 00 69 --77\$ por litro, fornecido a granel ou em taras, nos postos de abastecimento;
 - d) Fuelóleo para a produção de electricidade --12\$50 por quilograma, fornecido a granel nas instalações das companhias distribuidoras em cada ilha;
 - e) Fuelóleo para outros consumos 30\$ por quilograma, fornecido a granel nas instalações das companhias distribuidoras em cada ilha;
 - f) Petróleo iluminante 80\$ por litro, fornecido a granel ou em taras, nos postos de revenda;
 - g) Petróleo carburante 80\$ por litro, fornecido a granel ou em taras, nos postos de revenda.
- 2 Fixar os seguintes preços máximos de gases de petróleo liquefeitos:

- a) Butano em garrafas 107\$ por quilograma, ao público, no estabelecimento do revendedor;
- b) Butano em garrafas 115\$ por quilograma, ao público, no local de consumo;
- butano canalizado 107\$ por quilograma, no local de consumo;
- d) Butano a granel 96\$ por quilograma, ao público, nas instalações dos industriais.
- 3 Os preços referidos nos números anteriores já incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- 4 Os referidos preços vigoram na Região Autónoma dos Açores, a partir das zero horas da sexta-feira a seguir ao dia da publicação do presente despacho normativo.

29 de Janeiro de 1997. - O Secretário Regional da Economia, *Duarte José Botelho da Ponte*.

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

Portaria n.º 15/97

de 6 de Fevereiro

Considerando a Portaria n.º 25/95, de 27 de Abril, com a redacção dada pela Portaria n.º 71/95, de 12 de Outubro, que aprovou o Regulamento de Aplicação da Actividade "Incentivos à Modernização", que integra a acção denominada Produção Agrícola e Pecuária, no âmbito da Medida Agricultura do PEDRAA II;

Considerando a necessidade de proceder a um ajustamento dos períodos de candidatura às ajudas previstas naquele regulamento;

Assim, manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, através do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, o seguinte:

Artigo 1.º

É alterado o n.º 2 do artigo 53.º da Portaria n.º 25/95, de 27 de Abril, com a redacção dada pela Portaria n.º 71/95, de 12 de Outubro, que passará a ter a seguinte redacção:

Artigo 53.º

Apresentação de candidaturas

Artigo 2.º

Esta portaria produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1997.

Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Assinada em 27 de Janeiro de 1997.

O Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, Fernando Rosa Rodrigues Lopes.



JORNAL OFICIAL

Depósito legal 28190/89

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do *Jornal Oficial*, deve ser dirigida a Presidência do Governo, Secretário-Geral, Palácio da Conceição, 9500 Ponta Delgada, São Miguel (Açores).

Informações imediatas estão disponíveis através do telefone n.º (096)629366.

Para o envio extraordinário e urgente de diplomas, utilizar o fax n.º (096)629809.

O prazo de reclamação de faltas do *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores é de 90 dias a contar da data da sua distribuição.

ASSINATURAS

I ou II séries	6000\$00
l e II séries	10500\$00
III ou IV séries	4000\$00
Preço por página	20\$00
Preço por linha	140\$00
Preço total das quatro séries	18 500\$00

Os preços indicados incluem IVA à sua taxa legal.

O preço dos anúncios é de 140\$00 por cada linha, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado, a efectuar na Secção de Apoio do *Jornal Oficial*, Palácio da Conceição, 9500 Ponta Delgada (Açores).

A conta do *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores no Banco Comercial dos Açores tem o n.º 11873853.30.1

PREÇO DESTE NÚMERO - 320\$00 (IVA incluído)

Composição, Montagem e Impressão GRÁFICA AÇOREANA